



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE

--- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro, do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e cinco membros, tendo-se verificado a ausência dos deputados **António Paulo Lopes Correia Cunha Mota**, **Arlindo Augusto Genésio Gouveia** e ainda o presidente da União de Freguesias de Barcos e Santa Leocádia, **Armindo Fernando Barradas**. A Mesa da Assembleia tomou conhecimento e considerou justificadas as respectivas faltas. -----

Nesta reunião, os presidentes das Juntas de Freguesias de Arcos e Desejosa, fizeram-se representar pelos secretários **Maria Emília Amorim Marques** e **Faustino de Jesus Macedo**, respectivamente -----

Verificada a existência de quórum, os trabalhos tiveram início às catorze horas e quinze minutos, sendo a sessão presidida por **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo** e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo seu presidente **Carlos André Teles Paulo de Carvalho** e vereadores **José Carlos Oliveira Silva**, **Rafael Pereira Santana** e **Luís Aguiar Ferreira**. -----

Foi de seguida lida a ata da sessão ordinária realizada no dia 18 de setembro, e aprovada por maioria com as abstenções dos deputados **Alexandre Paulo da Silva Ramos**, **Rui António Alves Figueiredo** e ainda do presidente da Junta de Freguesia de Arcos, por não terem estado na reunião. Os presidentes de Junta das Freguesias de Tabuaço, Valença do Douro e de Pinheiros/Vale de Figueira, estavam ausentes no momento da votação.-----

Procedeu-se depois à leitura da ata da reunião de 22 de outubro, sobre a eleição da Mesa da Assembleia, verificando-se a sua aprovação por maioria e as abstenções do deputado **Alexandre Paulo da Silva Ramos** e do presidente de Junta de Freguesia de Arcos, por não terem estado na dita reunião. O presidente da Junta de Freguesia de Valença do Douro absteve-se por não ter estado presente no momento da leitura da ata e o deputado **Rui António Alves Figueiredo**, esteve ausente no momento da votação.-----

Seguidamente foi lida a ata da reunião extraordinária realizada no dia 13 de novembro, igualmente aprovada por maioria, com a abstenção do presidente da Junta de Freguesia



Rui António Alves
Figueiredo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

de Arcos, por não ter estado presente na sessão e o deputado **Rui António Alves Figueiredo**, não estava presente aquando da votação da referida ata.-----

Seguidamente procedeu-se à leitura da convocatória com a seguinte: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

---- I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO -----

---- II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- III. ORDEM DO DIA -----

No período reservado ao público, usou da palavra o cidadão **Manuel Augusto Lemos Couto Azevedo**, começando por lembrar o dia 4 de dezembro, data que assinala a tragédia de Camarate, onde perderam a vida alguns políticos como **Adelino Amaro da Costa**, de quem foi amigo pessoal. Estranha o facto de sempre se falar nos submarinos e à forma como foram adquiridos, mas nunca ouviu falar dos dinheiros do Fundo do Ultramar, tendo sido essa a causa da morte do **Adelino**, porque como se sabe estava na posse de documentos comprometedores. -----

Lembrou a declaração do **Primeiro-Ministro** do seu país, no qual não votou, que ao referir-se a uma deputada disse valer pouco mais de dois e meio por cento, mas que o seu partido que como cidadão representa, esteve no governo por várias vezes sempre a reparar as crises todas provocadas pelo Partido Socialista. O CDS esteve a primeira vez a governar com **Mário Soares**, numa altura em que estavam feitas senhas de racionamento para serem entregues aos portugueses. Outra vez que esteve no governo, foi depois do governo de **Sócrates**, após um Presidente da República ter demitido um governo que tinha ganho umas eleições.-----

Citou de seguida alguns dados do relatório mandado elaborar pelo governo, sobre os trágicos acontecimentos de Pedrógão Grande, que desde a meteorologia à gestão florestal da manipulação do fogo até à operação do combate, todos estes aspectos têm sido objecto de reflexão, validada e de construção de mecanismos orientados para a aplicabilidade desse conhecimento. O domínio de gestão da floresta em Portugal foi afectado nos últimos anos por intervenções que fizeram tábua rasa do conhecimento acumulado e levaram a introduzir alterações e ajustamentos ou reformas que quebraram o ciclo normal de protecção e valorização deste recurso natural. Reconhece-se que a diversidade de gente interveniente, não facilita uma intervenção coordenada e qualificada, porque se os profissionais com diferentes capacidades se confrontam enquadradas por variadas instituições independentes umas das outras sejam públicas ou privadas assumindo funções centradas em atribuições que em alguns casos incidem em desafios laterais aos que justificaram as respectivas mobilizações. Denunciou aquilo que considerou a degradação por falta de vocação, no que respeita ao voluntariado,



Luís de
Alvar
de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

nomeadamente o Corpo de Bombeiros associado à escassez de pessoas. Também a ausência de carreira especificamente dedicada à formação deste perfil profissional, provocada pela instabilidade dos ciclos políticos, atribuem a esta função desempenhos fortuitos, que pode gerar situações com graves consequências. Concluiu que no período de 2012 a 2017 apenas foram executados 19% de acordo com a informação cartográfica, tendo um dos principais problemas a apontar, a ver com a falta de cumprimento da legislação. -----

Terminada a intervenção do cidadão **Manuel Azevedo**, o presidente da Câmara teceu ao orador palavras elogiosas, dizendo que é sempre de enaltecer quem traz aqui temas de abrangência nacional permitindo que o debate fique mais rico e esclarecedor.-----

O deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho**, usou da palavra para defender as minorias, mas também as maiorias porque embora as diferenças existam todos são iguais, concluindo que mesmo nesta assembleia, nada seria igual se não fossem as minorias e as maiorias, porque umas e outras se auto-regulam e alimentam umas das outras sendo isto que dá a resolução ativa.-----

No período de Antes da **Ordem do Dia**, o presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer a correspondência recebida e foram apresentados à Mesa da Assembleia e propostos ao plenário os votos de pesar em homenagem aos seguintes cidadãos recentemente falecidos: -----

Maria Celeste Amaral Pereira Lima, natural de Adorigo, mãe da deputada **Eugenia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes**. Este voto de pesar, apresentado por **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, foi aprovado por maioria com a abstenção da deputada **Eugenia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes**. -----

José Jorge Vilaça Garcia Balsa, natural de Tabuaço e funcionário da Câmara Municipal. O voto de pesar foi apresentado por **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e aprovado por unanimidade. -----

Isidro Gonçalo Barradas, natural de Távora e ex-presidente da Junta de Freguesia. O voto de pesar foi apresentado, pelo presidente da Junta de Freguesia de Távora, **José Manuel Paixão** e posteriormente aprovado por unanimidade. -----

Diamantino da Fonseca Benfeito, natural de Tabuaço, ex-funcionário da Câmara Municipal. O voto de pesar teve como proponente **Álvaro Correia Soares Martinho** e submetido a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Manuel Alves Fernandes, residente na Granja do Tedo e ex-funcionário da Câmara Municipal de Tabuaço. Foi proponente deste voto de pesar, o presidente da Junta de



Leandro Telo
Alfaro
alop

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Freguesia de Granja do Tedo, Carlos Joaquim Gomes Teixeira, sendo aprovado por unanimidade. -----

De acordo com o solicitado pelos proponentes, será participado às famílias enlutadas o teor destas deliberações. -----

Após um intervalo de dez minutos, os trabalhos foram retomados com a entrada no período da **ORDEM DO DIA**. -----

Ponto Um: Apreciação da Informação escrita do presidente da Câmara (cfr. alínea c) do nº 2 do artigo 25º do anexo I da supramencionada Lei nº 75/2013). -----

Dada a palavra ao presidente da Câmara, disse que a informação do executivo é a actividade desenvolvida neste espaço de tempo que medeia as duas reuniões, informando ainda que o PROVER é um programa destinado essencialmente a territórios de baixa densidade, cabendo à CCDRN analisar, avaliar e aprovar os projectos no âmbito deste programa, falando ainda da tomada de posição dos 19 municípios da CimDouro, sobre as verbas anteriormente atribuídas ao Douro que seriam na ordem de mais de oito milhões de euros, no sentido de manifestar a recusa, porque foram criadas as expectativas a cada um dos territórios e posterior revelada de incumprimento sobre os valores que previamente haviam sido informados pela própria CCDRN. Já neste mandato e perante a insistência foi aventada a possibilidade de através do Turismo de Portugal se poder conseguir mediante um investimento de cerca de dois milhões de euros de um total de oito milhões, e eles participarem à razão de um para dois, o que implicaria uma verba de quatro milhões, o que à partida perspectiva um valor mais próximo e idêntico aquilo que teria sido discutido na fase inicial. Concluiu o presidente da Câmara que no momento a situação se encontra em fase de negociação, remetendo o assunto para uma reunião a ter lugar nos princípios de janeiro entre os municípios da CimDouro, a CCDRN e o presidente do Turismo de Portugal, que poderá esclarecer que tipo de projectos esse dinheiro poderá ser aplicado, após a distribuição equitativa das verbas.

Relativamente à ETARs, o presidente da Câmara informou que vão ser lançados os concursos relativamente às localidades de Balsa, Guedieiros, Pereiro e Arcos sendo que a de Santo Aleixo está pendente devido à localização que a ser feita tal como seria previsto poderia não contemplar toda a população e estão também na fase final os concursos da Regeneração Urbana da Vila de Sendim, Tabuaço e Valença do Douro.-----

Informou ainda, que na sequência da representação da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia no congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses que decorreu recentemente em Portimão no dia 9 de dezembro, o nosso município é agora parte integrante do Conselho Geral da ANMP, considerando que é



Handwritten signature: *Handy T. Afonso*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

sempre importante estar nestes órgãos e fazer ouvir a voz de um concelho, dos seus anseios e preocupações.-----

Ponto Dois: Apreciação do relatório semestral sobre a execução do plano de saneamento financeiro reportado ao 1º semestre de 2017 (cfr. alínea c) do nº 4 do artigo 40 da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro).-----

Relativamente a este ponto, foi pedida a intervenção do presidente da Câmara, para os devidos esclarecimentos, começando por dizer que é obrigatório a apresentação do relatório e informou que há alguns valores dentro do saneamento que resulta num desvio daquilo que era a previsão inicial, que se encontra justificado porque quando da elaboração do Plano, havia uma série de faturas registadas posteriormente e não se encontravam devidamente enquadradas naquilo que o estudo apontava.-----

Ponto Três: Apreciação do relatório semestral do Revisor Oficial de Contas, reportado ao 1º semestre de 2017, sobre a situação económica e financeira (cfr. alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro).-----

Ainda na continuação do assunto do ponto anterior, o presidente da Câmara disse também que a partir do ano 2014, houve a obrigatoriedade de que Câmaras Municipais da dimensão como a de Tabuaço até então isentas, passassem a ter um Revisor Oficial de Contas, que no final também chancela o trabalho da Divisão Financeira.-----

Apesar de terem sido esclarecidos os dois pontos em simultâneo, o presidente da Assembleia Municipal abriu-o em separado ao debate, mas não houve qualquer pedido de intervenção do plenário.-----

Ponto Quatro: Apreciação e votação da proposta da primeira revisão ao orçamento das receitas e das despesas e das grandes opções do plano de 2017 (cfr. alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro).-----

Também em relação a este ponto, foi pedida a intervenção do presidente da Câmara, dizendo que a exemplo da prática levada a cabo nos últimos anos e por indicação da Divisão Financeira, prende-se maioritariamente com o facto de as dívidas aos terceiros na ordem dos cinco milhões de euros, obriga a que esse valor tenha que estar registado automaticamente em cada uma das rubricas, para que possa ser executado e cumprido no ano económico seguinte, que infelizmente não acontece desde há vários anos. Segundo a legislação a partir do ano 2013 que regula as autarquias locais, há também uma cláusula que diz que as Câmaras têm de ter execuções orçamentais na ordem dos oitenta e cinco por cento, leva a que enquanto não se conseguir consolidar a questão da dívida a curto prazo se tenha de fazer esta revisão, porque há situações que entram em acordo e outras não, e assim se possa ter uma maior consciencialização da realidade



Luís Paulo
Alves
Figueiredo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

económica do município. Esta revisão é de dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e três euros. Disse ainda que o Plano de Saneamento Financeiro, agravado pela não entrada do total das faturas e sentenças em tribunal, inviabiliza que a Câmara de Tabuaço faça um novo saneamento financeiro. -----

Este ponto foi votado e aprovado por maioria, com os votos contra dos deputados, **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho, Alexandre Paulo da Silva Ramos, Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes e Rui António Alves Figueiredo.** -----

Ponto Cinco: Apreciação e votação da proposta de **orçamento das receitas e das despesas para o ano financeiro de 2018** (cfr. alínea a) do nº 1 do supracitado artigo 25º).

Seguidamente entrou em discussão este ponto, da Ordem dos Trabalhos que por sugestão do presidente da Assembleia Municipal, seriam ainda abordados os dois pontos seguintes, **(seis e sete)** fazendo-se no final a votação em separado.-----

Ao presidente da Câmara foi novamente dada a palavra para que se pronunciasse sobre estes temas, começando por dizer que o Orçamento da Câmara é exagerado para a receita do município e isso deve-se ao facto de existir uma dívida a curto prazo, que uma vez registada acaba por influenciar esse valor, até porque uma boa parte dela ainda não está resolvida e deve-se aos processos que há em tribunal, havendo a noção de não há capacidade financeira e porque no imediato não há uma solução, leva a que essa execução não seja concretizada. Disse ainda que o ideal seria o orçamento ser de nove ou dez milhões de euros mas enquanto esta dívida não estiver consolidada, será muito difícil fazê-lo, porque depois ficariam uma série de condicionalismos e seria inviabilizada a possibilidade de algumas despesas correntes que parariam o município, se por ventura no mês de janeiro tentássemos resolver todas as situações que já se arrastam há vários anos e que não foram contempladas no saneamento financeiro e ainda outras que não foram resolvidas ao longo do tempo que mais tarde acabaram por ser regularizadas em mandatos anteriores.-----

Relativamente ao orçamento do ano anterior e em relação ao deste ano, há um aumento de setecentos e cinquenta mil euros, porque durante praticamente 3 anos, não houve aprovação de qualquer candidatura para nenhuma entidade pública e no ano 2017 as verbas começaram a ser aprovadas, algumas situações foram desbloqueadas e agora permite também que se possam começar a lançar os concursos que constam na informação escrita, lembrando que só no **PO/SEUR** (programa operacional de sustentabilidade e eficiência no Uso de Recursos) há um aumento de mais de setecentos mil euros, que já justificaria este aumento em relação ao orçamento do ano passado, sendo que na questão da modernização administrativa, na promoção do sucesso escolar e na regeneração urbana as definições dessas verbas justificam claramente este aumento, que decorre do normal procedimento de candidaturas, agora desbloqueadas e serão uma



Luís Filipe
Alves
aesp

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

realidade no decorrer do próximo ano de acordo com os concursos que já estão a ser lançados. -----

Quanto ao mapa de pessoal, o presidente da Câmara informou a Assembleia Municipal, que se mantém inalterável e portanto igual ao que tem sido aprovado em anos anteriores. -----

Terminadas as intervenções e como mais ninguém quisesse discutir estes pontos foram os mesmos votados e aprovados da seguinte forma: -----

Ponto Cinco: Foi votado e aprovado por maioria com as abstenções dos deputados Alexandre Paulo da Silva Ramos e Rui António Alves Figueiredo. -----

Ponto Seis: Apreciação e votação da proposta das grandes opções do plano para o ano de 2018 (cfr. alínea a) do nº 1 do supracitado artigo 25º).-----

Foi aprovado por maioria, com as abstenções dos deputados Alexandre Paulo da Silva Ramos e Rui António Alves Figueiredo. -----

Ponto Sete: Apreciação e votação da proposta do mapa de pessoal para o ano de 2018. (cfr. alínea o) do nº 1 do supracitado artigo 25º).-----

Foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto Oito: Apreciação e votação da proposta de autorização da contratação de um empréstimo a longo prazo para liquidação antecipada do empréstimo destinado ao saneamento financeiro, bem como a aprovação do plano de saneamento ajustado, subjacente à operação de substituição de dívida. (cfr. alínea f) do nº 1 do supracitado artigo 25º). -----

Uma vez mais foi dada a palavra ao presidente da Câmara, para que se pronunciasse sobre este ponto, começando por dizer que o Governo, para o Orçamento de Estado de 2017, criou a possibilidade de que Municípios com as condições como o de Tabuaço em relação ao saneamento financeiro, permite que se possa renegociar a dívida de médio e longo prazo. Olhando para a realidade da situação da Câmara de Tabuaço, chegou-se à conclusão de que o único empréstimo que dentro daquilo que são as condições do mercado e para isso tem de se cumprir uma série de obrigações sendo que a principal é a substituição da dívida, mas que aumente a mesma e ainda aquilo que seja o custo associado com a operação, não aumente a despesa. Olhando para o cenário dos empréstimos que a autarquia tem e para além dos outros que não o do saneamento financeiro serem de valores residuais, foram negociados numa época com taxas de juro mais baixas do que é a realidade do mercado. Foi então decidido abrir uma consulta à



Handwritten signature: Rui D. Alca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

banca e se a taxa do saneamento financeiro é de 1,95, podendo haver melhores condições de negociação. A consulta foi feita a dez entidades bancárias, as respostas chegaram e uma delas de um consórcio entre a Caixa Agrícola do Vale do Távora e Douro e da Beira Douro e Trás-os-Montes, que uma vez analisada pelos serviços do Departamento Financeiro da autarquia, se enquadra dentro daquilo que é este regime previsto no Orçamento de Estado. Como se entende ser a melhor proposta foi discutida na Câmara Municipal e enviada aqui à Assembleia para obter a aprovação, porque permite aproveitar esta possibilidade que o Governo dá a municípios com constrangimentos financeiros no plano da dívida e ter melhores condições e conseguir criar assim alguma liquidez e um fundo de maneiço, esperando que o Governo no futuro conceda condições similares para que se possa fazer o mesmo com a dívida comercial, porque é incomparavelmente melhor pagar taxas de juro de 1,5% do que pagar taxas dos processos em tribunal que muitas vezes chegam aos 6 e 7 %. O presidente da Câmara solicitou a aprovação deste ponto e mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais, ou pedir a presença da Chefe da Divisão Financeira, caso alguém peça informações mais detalhadas.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu este assunto ao debate, tendo usado da palavra o deputado **Moutinho de Carvalho**, para perguntar qual foi a taxa proposta para uma possível negociação e qual o tempo de duração, querendo ainda saber se se mantém o prazo de pagamento ou aumenta e do ponto de vista financeiro e de liquidez do município, quais são os valores da poupança.-----

O presidente da Câmara respondeu, dizendo que a proposta foi feita, não com limitação de taxa mas sim com as condições do mercado e a proposta vencedora tem uma taxa de 1.5 percentuais, sendo que o prazo é de 14 anos sem período de carência e vai permitir uma redução trimestral de mais de cem mil euros, o que permitirá criar um espaço na tesouraria importante, para que se possa fazer cumprimento sendo que toda esta operação terá de ter o aval do Tribunal de Contas.-----

Seguidamente falou o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, após saudar todos os presentes disse que tendo em conta a situação em que está o mercado e os egos que se têm ouvido, relativamente às taxas de juros que poderão eventualmente descer ainda mais e por uma questão de estratégia, perguntou se não haverá possibilidades perante o consórcio bancário essa taxa não pudesse ainda ser mais reduzida, tendo em conta as notícias de que as próprias agências de Ranking poderão fazer que as taxas de juros baixem ainda mais.-----

Respondeu o presidente da Câmara, dizendo que em relação ao prazo da contração do empréstimo, o mesmo se prende com a aprovação na Assembleia Municipal, posteriormente o processo será remetido para o Tribunal de Contas, e segundo informações o tempo tem sido de entre 30 e 60 dias segundo informações colhidas junto



Luís Paulo
Alves
AEP

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

de outros municípios, tempo este que tem sido utilizado para que o próprio Tribunal, peça informações, não havendo notícias de que em casos semelhantes de que tais pedidos tenham sido recusados. Relativamente á negociação, o procedimento está aberto corre os seus trâmites a não ser que se cancelasse todo este processo para abrir um novo, para negociar com o consórcio, o que há partida não seria viável visto que a Câmara não poderia fazer essa negociação direta, mas para já o mais importante é aproveitar o que neste momento está disposto na Lei, já que as condições são favoráveis, correndo sempre o risco de que a previsão não seja concretizada. O ideal seria também haver esta possibilidade para a dívida comercial, porque para a outra dívida tem havido a possibilidade de a ir pagando ao longo do tempo, bem como os acordos que se vão celebrando com muitas empresas que ao longo dos anos foram ficando por resolver e que para além dos valores que paga pelos empréstimos, paga ainda cerca de cem mil euros mensais dos referidos acordos sobre situações que se arrastam ao longo dos anos. Se um dia houver a possibilidade de fazer o mesmo com a dívida comercial, é certo que essa oportunidade será aproveitada, porque essa é que causa o estrangulamento que se vive.

Terminadas as intervenções foi o **Ponto Oito** votado e dividido em dois subpontos, obtendo os seguintes resultados:-----

Ponto 8. 1 --- Autorizar a operação de substituição de dívida através da contratação de um novo empréstimo a longo prazo (catorze anos), no montante de € 4.402.239,27, para liquidação antecipada do empréstimo destinado a saneamento financeiro contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 17 de julho de 2009.-----

Este ponto foi aprovado por maioria, com os votos contra dos deputados, **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho, Alexandre Paulo da Silva Ramos, Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes e Rui António Alves Figueiredo.**-----

Ponto 8. 2 --- Votar o plano de saneamento ajustado, subjacente à operação de substituição de dívida.-----

Relativamente a este ponto foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos contra dos deputados **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho, Alexandre Paulo da Silva Ramos, Eugénia Maria Pereira de Lima Paixão Lopes e Rui António Alves Figueiredo.**---

Por último deu-se entrada no **Ponto Nove:** em outros assuntos de interesse, para o Município. O presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para o uso da palavra, fê-lo em primeiro lugar o deputado **Nuno Oliveira** para dizer que sendo também um utilizador de bibliotecas, seria bom que os serviços da biblioteca municipal de Tabuaço, se tornassem mais abrangentes, lembrando que há entidades em Portugal que fazem a conversão dos livros que estão na prateleira convertendo-os para a utilização por parte de pessoas com necessidades especiais como é o seu caso, não esquecendo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

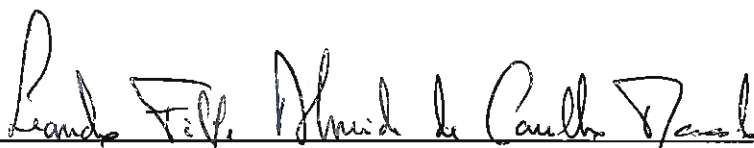
peças acamadas ou idosos, propondo a elaboração de um protocolo com as diversas entidades todas elas situadas no litoral e assim a biblioteca podia servir como intermediária entre essas entidades, para que os utentes pudessem ter acesso a livros digitalizados ou na versão de Braille. Considera este assunto importante e debaterá se for o caso, com o vereador da Cultura, porque só vem valorizar a biblioteca e informou que todas essas entidades da especialidade, com quem contactou, se mostraram interessadas e disponíveis para chegar ao interior do país, para que as pessoas tenham acesso à cultura, independentemente das condições físicas e mentais que tenham e os valores gastos são bastante diminutos. -----

O presidente da Câmara, achou a ideia bastante interessante e manifestou a disponibilidade de avançar com o projecto e tentar pô-lo em prática, encetando contactos com as entidades competentes para que essa via de cultura e educação possa chegar a todas as pessoas que com esta iniciativa, possam ultrapassar essas barreiras, que hoje as impede de usufruir destes e de outros serviços. Concluiu a sua intervenção, com o desejo a todos de um Feliz Natal e um próspero Ano Novo, manifestando mais uma vez a total disponibilidade do executivo para o diálogo com todos, para que seja possível todos trabalharem em conjunto poderem contribuir para um melhor futuro do concelho e suas gentes.-----

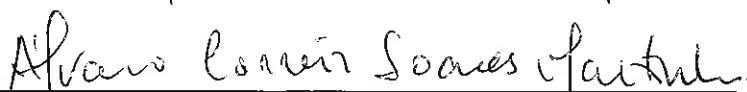
Terminadas as intervenções e esclarecimentos, a secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, leu a minuta da ata e posta à consideração dos membros da Assembleia Municipal, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar, o presidente da Assembleia Municipal, desejou a todos Boas Festas de Natal e Ano Novo bem como às famílias e deu por encerrada a sessão quando eram dezasseis horas e cinquenta minutos. -----

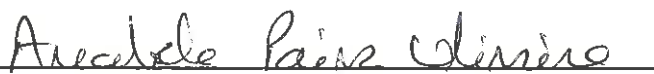
Para que conste e para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata e para que faça fé e validade, vai ser assinada pelo presidente e secretários, respectivamente.-----



Presidente: Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo



1º Secretário: Álvaro Correia Soares Martinho



2º Secretário: Anabela Susana Paiva Martins Oliveira